

A CRISE DA BORRACHA NATURAL: DE MAIOR PRODUTOR A GRANDE ERRADICADOR

Elaine Cristine Piffer Gonçalves

Eng. Agrônoma, Dra, PqC da URPD-Colina/APTA

elaine.piffer@sp.gov.br

Marli Dias Mascarenhas,Oliveira

Engº Agrônoma, Mestre, Pesquisadora Colaboradora Instituto de Economia Agrícola

IEA/APTA/SAA)

marlimascarenhasoliveira@gmail.com

Adriana Novais Martins

Eng. Agrônoma, Dra, PqC da URPD-Marília/APTA

adriana.martins@sp.gov.br

Maria Alice Martins

Eng. Química, Dra., Embrapa Instrumentação

maria-alice.martins@embrapa.br

Regina Kitagawa Grizotto

Eng. Alimentos, Dra., PqC da URPD-Colina/APTA/SAA

regina.grizotto@sp.gov.br

1. A CRISE DA BORRACHA NATURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O SETOR PRODUTIVO

A história da produção de borracha natural brasileira mostra que o Brasil foi o maior produtor e exportador mundial no final do século XIX e início do século XX, passando a ser importador desta matéria prima, no começo dos anos cinquenta do século passado (Bernardes et al, 2000).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o fluxo de borracha natural proveniente do sudeste asiático foi interrompido pela ocupação japonesa. Com ajuda americana, o governo

brasileiro fomentou a produção de borracha, criando o Banco de Crédito da Borracha, e enviando trabalhadores de outras regiões, para se tornarem seringueiros - os "soldados da borracha". Após a guerra, o suprimento de borracha do Leste Asiático se normalizou. A indústria de borracha sintética toma impulso e pela primeira vez se torna uma concorrente da borracha natural. Com o fim da vigência do acordo com os EUA, o setor de borracha natural no Brasil, não resiste e começa a crise, que chega ao ápice em 1951, quando, de exportador, o Brasil se torna importador do produto (RC Consultores, 1992).

Nos anos cinquenta inicia-se a fabricação de automóveis em território nacional e com o crescimento industrial, a preocupação com a heveicultura brasileira aumenta (Pinotti, 2014).

Em 1952, um decreto do Governo Federal obrigou os fabricantes de artefatos de borracha e de pneumáticos a investirem 20% do lucro líquido em implantação de seringais de cultivo. Em consequência, alguns importantes projetos foram implementados. Em 1967 é criada, pela lei 5227ⁱ, a Sudhevea, com o intuito de ser o órgão executor de uma política da borracha no Brasil. A criação da Sudhevea, e do órgão normalizador do setor - o Conselho Nacional da Borracha - representam uma reorientação da política governamental para esta matéria-prima. Estabelecida pela lei 5227, de 1967, a política de preços do governo oscilou entre as pretensões da indústria em obter um suprimento de borracha natural e sintética, ao menor preço possível, e as reivindicações do setor heveícola nacional para proteção do mercado. Para operacionalizar esta política de preços foi criada a Taxa de Organização e Regulação do Mercado da Borracha - TORMB (RC Consultores, 1992).

Após a extinção da lei 5227, e dos seus mecanismos de fiscalização, os heveicultores, ficaram à mercê de práticas oligopolizadas e vêm sofrendo durante anos. Apesar da borracha natural, não ser um produto perecível, portanto podendo ser estocada, os produtores estão descapitalizados e pior: sem ter a certeza de comercialização da safra.

Quando o mercado ainda era regulado pelas diretrizes da lei, a Tarifa Externa Comum (TEC) era de 40%, com o objetivo de manter a paridade de preços entre a borracha nacional e importada foi instituída, em 1968, a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado de Borracha (TORMB) e ainda havia o contingenciamento. Hoje, os produtores comercializam a produção baseados num índice chamado de GEB-10 que muitas vezes gera dúvidas e falta de transparência na sua composição por parte do setor produtivo. Todos os contratos e negociações são baseados neste índice e o custo de produção Brasil, deixou de ser levado em consideração na remuneração da borracha nacional (Brisolara et al, 2023).

De acordo com preço referência de importação apresentados pelo índice IEA/CNA, (IEA,2024) fica claro que os produtores nacionais estão recebendo por seu produto um valor inferior ao que custa a importada, que é produzida por um custo muito abaixo do brasileiro, utilizando-se mão de obra análoga à escravidão e sendo produzida em áreas de desmatamento. Desde 2018, vários heveicultores têm erradicado seus seringais, devido ao fato de estarem trabalhando com rentabilidade negativa (Gonçalves & Della Nina, 2019), o que tem causado desemprego e grande êxodo rural. Num esforço contínuo várias Associações de produtores tem pedido para os Governos (Federal e Estadual), olharem para a cultura com maior cuidado pois a crise do setor já dura mais de uma década.

Mesmo após a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ter revisto os valores dos custos de produção da borracha natural, que estavam desatualizados, e terem aumentado o valor do preço mínimo garantido ao produtor, os valores garantidos,

não cobrem os custos de produção que atualmente, são da ordem de R\$ 6,99/kg de borracha produzido (Oliveira e Gonçalves, 2024).

A CONAB também ofereceu aos produtores o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) é uma subvenção econômica concedida ao produtor rural ou cooperativa de produtores rurais e faz parte da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo

Federal (PGPM). O Pepro é lançado quando o preço de mercado de um determinado produto está abaixo do Preço Mínimo, objetivando promover a garantia de renda ao produtor rural. Mas esses leilões também não conseguiram amenizar a situação como um todo, pois a maior parte de pequenos produtores e sangradores não conseguiu acessar os benefícios por questões burocráticas e dificuldades por problemas de falta de letramento digital. Como resultado, os preços ficaram mais achatados no campo, pois os compradores deixaram para o governo subsidiar a produção e a crise persistiu. Tanto o aumento da tarifa de importação que saiu de 3,2% para 10,8%, quanto os aumentos que estão acontecendo na bolsa, não chegaram no campo, não houve repasse para os produtores. Os compradores têm pagado valores baixos pela borracha brasileira e o Governo através dos leilões é que tem arcado com esta anomalia de mercado.

Estas práticas de mercado e os baixos preços praticados, levaram a escassez de mão de obra especializada na sangria em busca de empregos com melhor remuneração em outros segmentos agrícolas e contribuiu para o êxodo rural dos sangradores. Várias propriedades estão “paradas” por falta de trabalhadores, que não conseguem sobreviver na atividade com os baixos preços recebidos pelo mercado.



Figuras de 1 a 4: Fotos de seringais parados devido aos baixos preços e migração da mão de obra especializada na sangria.

Fotos: Elaine Gonçalves

Com os baixos preços recebidos, os produtores não têm investido em suas lavouras e as práticas de calagem, adubação e tratos culturais não estão sendo realizadas, fazendo com que as produtividades estejam baixas e que a vida útil da floresta plantada seja comprometida. Muito têm-se falado em aumento de produtividade e competitividade da porteira para dentro, transferindo as anomalias de mercado, para o setor produtivo. Porém é importante lembrar que altas produtividades e novas tecnologias requerem altos investimentos, coisa que não está ao alcance do setor produtivo na heveicultura, que há quase uma década está recebendo menos do que custa para produzir. A maioria ainda persiste, visto que implantou a cultura com recursos próprios e trabalha em parceira (40% da produção fica para o sangrador e o restante para o produtor). Se os heveicultores trabalhassem em outro sistema de produção, a erradicação já teria sido muito maior, devido aos custos relativos aos encargos sociais. Aliado, a este fato, muitos ainda não retiraram a seringueira porque o custo de erradicação da cultura para substituição por outra também é muito alto e o produtor está descapitalizado.

Em consulta realizada, com pessoas especializadas em erradicação de seringais, estima-se que a fila de espera de produtores que irão erradicar suas áreas no estado de São Paulo, seja maior que um ano. A atividade vem perdendo área ao longo das últimas safras. Segundo o Levantamento de Estimativas e Previsão de Safras Agrícolas do Instituto de Economia Agrícola -IEA e Coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural – CATI, realizado em novembro de 2023, que, no caso da seringueira é o primeiro levantamento da

cultura para a safra 2023/24, apontou diminuição de 1,5% da área total plantada, queda de 3,0% na produção com perda de produtividade de 1,5%, quando comparada com a safra 2022/23.



Figura 5: Erradicação de seringais no estado de São Paulo

Figura 6: Erradicação de seringal no estado de São Paulo

Foto: Elaine Gonçalves e Luciano Della Nina

A Tabela 1 apresenta o resultado das seis últimas safras da cultura onde observa-se que pela primeira vez nesses anos há diminuição da área em produção o que já vinha ocorrendo com as áreas novas ou em formação (período de implantação da cultura até o sexto ano de idade das árvores). Embora os anos acompanhem a tendência observada nos anos anteriores esses resultados levam para uma situação muito delicada em relação a sustentabilidade da atividade no estado de São Paulo que como citado anteriormente é o maior produtor nacional. Esses resultados apontam que não estão entrando novos plantios, e ainda que, a quantidade de árvores que entraram em sangria, nessa safra, não foram suficientes para expandir tais espaços. Esses dados apontam que áreas relevantes estão sendo deixadas de sangrar, além do arranquio de árvores para substituição de atividade uma vez que, os preços recebidos pelos produtores, não tem sido, remuneradores.

Tabela 1. Área em formação, em produção, produção total e produtividade da cultura da seringueira nas últimas cinco safras agrícolas e no levantamento de novembro de 2023, no estado de São Paulo.

Safra	Área (mil há)			Produção mil t	Produtividade kg/há
	Total	em Formação	em Produção		
2018/2019	134,6	35,9	98,7	243,5	2.467
2019/2020	135,5	31,8	103,6	247,7	2.390
2020/2021	129,6	24,6	105,0	247,1	2.354
2021/2022	133,1	23,4	109,7	264,7	2.379
2022/2023	136,3	21,1	115,2	282,1	2.449
2023/2024	134,2	20,9	113,3	273,5	2.414

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados do Banco IEA.

No ano de 2023, foi apresentado um estudo intitulado de Yellow Rubber na Câmara Setorial de Borracha Natural no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde detalhou-se todas as vantagens e incentivos que os produtores asiáticos possuem, em comparação à produção nacional de borracha natural. Estes vão desde a falta de fiscalização das condições de trabalho, tipo de mão de obra utilizada, implantação em áreas de desmatamento de floresta, incentivos governamentais.

As Associações de produtores e sangradores nos últimos anos têm trabalhado junto aos Governos Federal e Estadual, na conscientização da situação do campo com relação à produção de borracha natural. Vários estudos, e um grande diálogo, que vem sendo promovido, no âmbito da Câmara Federal de borracha natural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, têm demonstrado ao Governo que embora o custo de produção da borracha nacional seja bem maior do que o custo de produção da borracha Asiática (países origem das importações), no Brasil, esta cumpre com as exigências ambientais, trabalhistas, de condições de trabalho e remuneração da mão de obra utilizada, o que não ocorre com a produção asiática.

Todas as ações desenvolvidas junto ao poder público visam criar um ambiente de sustentabilidade no setor da borracha natural. Busca-se também a valorização do setor através de seu potencial ambiental como preservação de solos, manejo com uso de bi insumos e na captura de carbono, onde a heveicultura tem muito a contribuir.

Bibliografia

BERNARDES, M.S.; VEIGA, A.S.; FONSECA FILHO, H. Mercado brasileiro de borracha natural. In: BERNARDES, M. S. (Ed.). **Sangria da seringueira**. Piracicaba: Esalq, 2000, p. 365-388

BRISOLARA, C.S.; BARROS, E.M.; AMARAL, L.P. **Avaliação do mercado de borracha natural**, p.1 – 12, 2023. Acesso:

<https://www.cnabrasil.org.br/storage/arquivos/files/ESTUDO-SOBRE-MERCADO-DE-BORRACHA-NATURAL.pdf>

GONÇALVES, E.C.P.; DELLA NINA, L.C. Erradicação de seringais no estado de São Paulo. **Pesquisa & Tecnologia**, v.16, p. 1 – 5, 2019.

Instituto de Economia Agrícola. Banco de dados: **Preço referência de importação da borracha natural (TSR 20)**,. São Paulo: IEA, 2024. Disponível em: <http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancodedados/borracha>. Acesso abril/2024.

Instituto de Economia Agrícola. Banco de dados: estatísticas da produção paulista. São Paulo: IEA, 2021. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. Acesso Acesso, abril de 2024

OLIVEIRA, M. D. M., GONÇALVES, E. C.P. Custo de produção e rentabilidade da produção de borracha natural: uma análise em tempos de crise. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1-14, abr. 2024. Disponível em:

PINOTTI, R. N. Governanças contratuais e complementaridades das usinas pneumáticas na aquisição da borracha natural no estado de São Paulo, **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 253 p, 2014.

RC CONSULTORES. Borracha natural - diagnóstico do setor. Rio de Janeiro, **RC Consultores**, 1992. 194p.

ⁱ DIARIO OFICIAL DA UNIÃO, **Presidência da República, Dispões sobre a política econômica da borracha, regula regula sua execução e dá outras providências. Brasília, 18 de janeiro de 1967.-**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5227.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.227%2C%20DE%2018%20DE%20JANEIRO%20DE%201967.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica,Art%20. Acesso, abril, 2024